

Presidente Nyusi esquece de informar à AR os milhões que encaixou durante a pandemia da covid-19



A desorientação do Presidente da República (PR) na gestão da covid-19 teve nesta sexta-feira (31) um novo episódio com o esquecimento em informar à Assembleia da República que o seu Governo encaixou centenas de milhões de dólares desde que a pandemia iniciou no país em Março. Foi necessário submeter uma adenda.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Médicos ganham direito a férias normais em Moçambique

Enfim os médicos residentes em Moçambique ganharam o Direito de gozar férias normais

Texto: Redacção



Até ao passado dia 27 de Julho os médicos em Moçambique estavam limitados a gozar 15 dias de férias por ano e não poderiam acumulá-las.

Entretanto o Ministério da Saúde alterou, através do Diploma Ministerial 33/2020 de 27 de Julho, o nº 2 do artigo 31 do Diploma Ministerial 85/2016 de 15 de Novembro, determinando: "O Médico Residente tem direito em cada ano civil a 30 dias de férias".

Este novo direito dos médicos residentes, cujo Diploma ainda foi rubricado pela ministra Nazira Karimo Vali Abdula, já está em vigor.

Juizes no Niassa, Zambézia e Inhambane sem complacência aos violadores do Estado de Emergência

Mais de 2 mil cidadãos foram detidos e julgados por violação do Estado de Emergência, como medida de prevenção da covid-19 em Moçambique, ao longo dos últimos 4 meses. Os juizes das províncias do Niassa, Zambézia e Inhambane foram os menos complacentes e condenaram mais de sete centenas de violadores a penas efectivas de prisão.

Texto: Adérito Caldeira

A Informação que o Presidente da República forneceu à Assembleia da República sobre os 120 dias em que o país viveu com limitações às Liberdades dos cidadãos, como medida para reduzir a propagação do novo coronavírus, indica que 2.054 indivíduos foram detidos por desobediência, injúrias contra a autoridade, ofensas corporais e resistência ilegal.

Grande parte das violações ao Estado de Emergência foram cometidas por indivíduos do sexo masculino, 1.630, e ocorreram nas províncias de Nampula, 651, Maputo, 263, e Zambézia, 222.

Embora o desrespeito ao Estado de Emergência seja punido com pena de até 3 meses de prisão o Presiden-

te Filipe Nyusi relaxou para pena de 3 a 15 dias de cadeia e recomendou a sua substituição por multa correspondente ou por prestação de trabalho socialmente útil.

No entanto o relatório que o Chefe de Estado subme-

teu nesta sexta-feira (31) ao Parlamento revela que nem todos os juizes foram complacentes. Na Província do Niassa 147, dos 157 violadores do Estado de Emergência, foram condenados a penas

Tabela 3 - Mapa de processos julgados por não obediência ao Decreto sobre o Estado de Emergência								
Mapa Resumo de 1 de Abril a 29 de Julho de 2020			Pena aplicada				Sexo	
Tribunal Judicial de	Processos	Tipo de Crime	Convertidos em Multa	Absolvidos	Prisão Suspensa	Prisão Efectiva	M	F
Maputo Cidade	54	Desobediência Injúrias	25	16	2	59	67	35
Maputo Província	128	Desobediência	130	83	0	56	202	61
Gaza	92	Desobediência e Injúrias	93	18	45	67	167	56
Inhambane	79	Desobediência	12	22	5	114	85	68
Sofala	84	Desobediência	29	18	0	40	74	13
Manica	18	Desobediência	26	9	8	34	66	11
Tete	81	Desobediência e Ofensas Corporais	26	1	1	87	85	30
Zambézia	103	Desobediência e Injúrias contra Autoridade	64	28	0	130	195	27
Nampula	205	Desobediência e Injúrias contra Autoridade	489	123	3	36	546	105
Cabo Delgado	4	Desobediência	0	1	0	3	4	0
Niassa	108	Desobediência e Resistência Ilegal	7	3	0	147	139	18
Total	957		901	322	64	787	1630	424

teu nesta sexta-feira (31) ao Parlamento revela que nem todos os juizes foram complacentes. Na Província do Niassa 147, dos 157 violadores do Estado de Emergência, foram condenados a penas

Mais complacentes foram os juizes da Província de Nampula que dos 651 violadores que julgaram condenaram a pena de prisão somente 36 indivíduos, converteram em multa 489 casos e absolveram 123 cidadãos.



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



→ continuação Pag. 01 - Presidente Nyusi esquece de informar à AR os milhões que encaixou durante a pandemia da covid-19

O Relatório Presidencial sobre os 4 meses do Estado de Emergência, como forma de atrasar a propagação do novo coronavírus em Moçambique, entregue atrasado à Assembleia da República, não incluiu nas suas seis dezenas de páginas os recursos mobilizados junto dos Parceiros de Cooperação.

Na sexta-feira (31), já depois de encerrado o expediente, o Presidente da República submeteu ao Parlamento uma adenda à sua Informação inicial reportando que dos 700 milhões de dólares que o Governo solicitou aos Parceiros de Cooperação para enfrentar a pandemia da covid-19, “foram concedidos apoios ao país no valor de 340,8 milhões de dólares norte-americanos”.

A adenda à Informação Presidencial precisa que os Parceiros de Cooperação comprometeram-se em apoiar com 682.809.304 dólares porém até ao término do 4º mês do Estado de Emergência apenas tinham sido disponibilizados 340.801.334 dólares, o maior apoiante do Governo de Filipe Nyusi foi o Fundo Mone-

Ponto de Situação dos Compromissos para Financiamento do Plano de Mitigação dos Efeitos do COVID-19					
Instituição	Compromisso	Desembolso	Área	Tipo de Financiamento	Modalidade
Fundo Monetário Internacional	USD 309.000.000	USD 309.000.000	Balança de Pagamento e Déficit Fiscal	Facilidade Rápida de Crédito	Crédito Concessional
	USD 15.000.000	USD 15.000.000	Alívio ao Impacto da COVID-19	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes	Donativo
Banco Mundial	USD 100.000.000	0	AGO	Donativo	Donativo
	USD 76.000.000	0	Protecção social e despesas de saúde	Crédito Concessional	Projecto
BID	USD 41.000.000	0	Apoio ao Sector da Saúde	Crédito Concessional	-
União Europeia	USD 54.000.000	0	AGO	Donativo	AGO
BAD	USD 40.000.000	0	AGO	Crédito Concessional	AGO
Outros Parceiros de Cooperação e Contribuições Adicionais					
Fundo Comum PROSAUDE	USD 2.000.000	0	Apoio ao Sector da Saúde	Donativos	AGO
GAVI	USD 2.980.000	0	Apoio ao Sector da Saúde	Donativos	Projectos
USAID	USD 12.517.035	USD 11.393.240			
Clinton Health Access Initiative	USD 50.000	0			
UNITAID	USD 620.000	0			
DFID	USD 2.586.000	0			
Global Fund	USD 1.730.674	USD 1.730.674			
PHCPS	USD 1.500.000	USD 1.500.000			
UNFPA	USD 1.785.111	USD 1.785.111			
Village Reach	USD 425.000	0			
Flanders	USD 277.309	USD 277.309			
Save the Children	USD 187.995	0			
Swiss Embassy	USD 115.000	USD 115.000			
Banco Letsego	USD 26.471	0			
BMGF	USD 5.000	0			

tário Internacional (FMI) que desembolsou cerca de 95 por cento desse montante.

“Deste montante, recebemos do FMI 309 milhões de dólares norte-americanos para o apoio directo ao Orçamento e balanço de pagamentos e 15

milhões de dólares em forma de alívio ao serviço da Dívida” informa o PR que precisa do dinheiro recebido do Fundo Monetário 1 bilhão de meticais foram aplicados “para apoio às micro, pequenas e médias empresas através de uma linha de crédito”.

O Chefe de Estado reporta ainda ao Parlamento que “outros Parceiros de Cooperação concederam um apoio directo ao sector da Saúde, na forma de donativo, no valor de 16,8 milhões de dólares norte-americanos”, indicando que para transparência “foi aberta uma conta bancária sob gestão do Ministério da Saúde por onde fluirão todos os recursos desembolsados pelos Parceiros”.

No entanto o Presidente Filipe Nyusi declara: “Aguardamos pela materialização dos vários compromissos assumidos publicamente pelos Parceiros de Cooperação que ainda não efectuaram os desembolsos”.

Governo de Nyusi gastou mais de 1 bilhão de dólares durante o Estado de Emergência

O @Verdade descortinou que o Banco Mundial é o Parceiro de Cooperação com o maior compromisso por desembolsar, 176 milhões de dólares norte-americanos, seguido pela União Europeia, que se comprometeu

em doar 54 milhões de dólares, o Banco Interamericano de Desenvolvimento prometeu apoiar com uma linha de crédito concessional de 41 milhões de dólares e o Banco Africano de Desenvolvimento também ficou por disponibilizar um crédito concessional no valor de 40 milhões de dólares.

Entretanto o Governo de Filipe Nyusi clama ter gasto durante os 120 dias do Estado de Emergência mais de 1 bilhão de dólares norte-americanos, sem no entanto discriminar em que actividades.

“Durante este período, registou a realização de 14.204 processos de contratação pública por Ajuste Directo, correspondendo ao volume global da despesa pública no valor 68,2 biliões de meticais, na componente interna” pode-se ler no Relatório Presidencial que revela ainda que “No sector da Saúde, a nível central, registou-se a realização de 110 processo por Ajuste Directo, correspondendo ao volume global da despesa pública no valor de 3,3 biliões de meticais, na componente interna”.

Idoso morre com covid-19 na Cidade de Maputo, novo foco da pandemia na Cidade da Beira

Um idoso foi a terceira vítima da covid-19 na Cidade de Maputo onde a pandemia já vitimou quatro cidadãos. A capital moçambicana voltou a detectar mais de uma dezena de casos num dia em que Moçambique passou a ter um cumulativo de 1.946 positivos, mais de duas centenas são crianças, e a Cidade da Beira registou uma explosão de infectados pelo novo coronavírus.

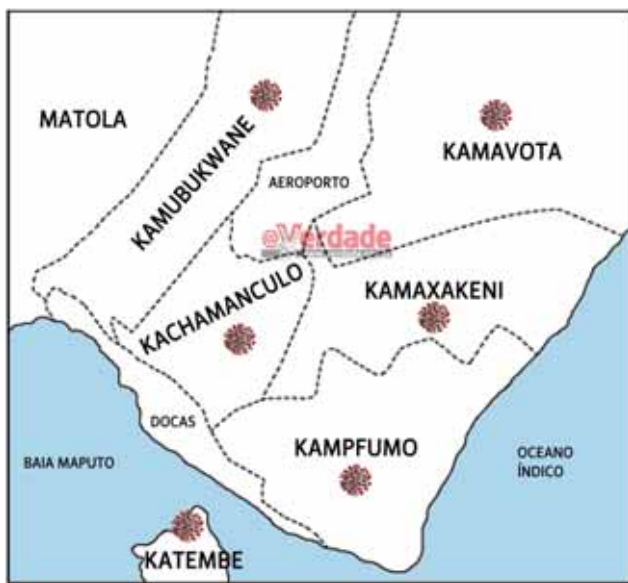
Texto: Adérito Caldeira

O Ministério da Saúde (MISAU) reportou neste domingo (02) “o registo de mais um óbito em paciente infectado pelo novo coronavírus, na Cidade de Maputo. Trata-se de um indivíduo de 66 anos de idade, do sexo masculino e de nacionalidade moçambicana. O mesmo deu entrada no Hospital Central de Maputo no dia 23/07/2020, com quadro de dificuldade respiratória e foi testado no dia da sua admissão por suspeita de estar infectado pelo novo coronavírus. O paciente perdeu a vida um dia depois da sua admissão no isolamento do Hospital Central de Maputo, a 24/07/2020. O resultado positivo para a covid-19 foi reportado no dia 02.08.2020. Moçambique conta actualmente com 13 óbitos devido à covid-19 e dois óbitos por outras causas”.

Em comunicado de imprensa o MISAU actualizou para 1.946 o total de casos positivos registados em Moçambique, 1.771 de transmissão local e 175 casos importados, após o diagnóstico de 39 novos pacientes, todos de nacio-

nalidade moçambicana, em isolamento domiciliar, 26 do sexo masculino e 13 do sexo feminino.

Cinco novos infectados foram identificados na Cidade de



Nampula, aumentando para 438 o cumulativo provincial.

Na Província de Maputo o total de casos subiu para 345 com a detecção, pela vigilância sanitária, de um novo paciente na Cidade da Matola.

Na capital moçambicana foram diagnosticados 17 novos pacientes que elevaram para 397 o cumulativo de casos positivos na Cidade de Maputo

onde, nesta segunda-feira (03) inicia um inquérito sero-epidemiológico para apurar a positividade em cada bairro.

Entretanto na Cidade da Beira registou-se uma explosão de novos cassos com a detecção pela vigilância sanitária de 15 infectados. Ainda na Província de Sofala, onde o total de casos ascendeu a 73, a vigilância sanitária identificou mais um infectado no Distrito de Dondo.

O Ministério da Saúde detalhou que entre pacientes diagnosticados neste domingo (02) um tem mais de 65 anos, dois estão na faixa dos 55-64 anos, dois estão na faixa dos 45-54 anos, oito estão na faixa dos 35-44 anos, 13 são jovens na faixa dos 25-34 anos, cinco são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, um é menor na faixa dos 5-14 anos e cinco são menores de 5 anos de idade.

Com estas seis crianças diagnosticadas sobe para 205 o cumulativo de menores de idade infectados pelo novo coronavírus no país.

Estiagem continua afectar Moçambique com impacto na agricultura no Sul e Centro

A estiagem que afecta Moçambique continua a condicionar a segurança alimentar particularmente nas províncias de Gaza, Inhambane, e as regiões Sul de Sofala, Manica e Tete. De acordo com a DNGRH “as Bacias do Umbelúzi, Incomati, Limpopo, Govuro, Save Sul do Zambeze registam índices de humidade muito baixo a baixo”, baixando as expectativas agrícolas nessas áreas.

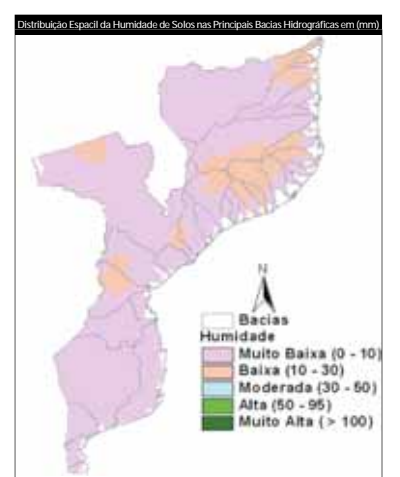
Texto: Redacção

A economia basicamente agrícola de Moçambique dependente da disponibilidade de água vai continuar a ser afectada pela estiagem que dura desde 2016, a pior das última três décadas.

“Da análise dos caudais diários até ao dia 31 de Julho de 2020, é possível observar um registo de escoamentos diários abaixo da normal nas bacias dos rios Maputo, Umbelúzi, Incomati, Limpopo, Save, Licungo com magnitudes dos caudais situando-se entre as anomalias, 0 por cento e 70 por cento e acima da normal para a bacia do Zambeze”, reporta o 1º boletim de Estiagem de 2020 da Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (DNGRH).

O documento tornado público semana passada indica que: “Durante o período em análise (Julho, 2020), são notórias anomalias negativas, portanto, valores de caudais, cuja magnitude situa-se abaixo da média, muito evidente nos rios Umbeluzi, Incomati, e Licungo. Nas restantes bacias hidrográficas a situação hidrológica é normal”.

De acordo com a DNGRH “as Bacias do Umbelúzi, Incomati,



Limpopo, Govuro, Save Sul do Zambeze, registam índices de humidade muito baixo a baixo” e, “nas regiões Centro e Norte as bacia do Búzi, Púnguè, Zambeze, Ligonha, Meluli, Montepuez e Messalo os solos foram caracterizados por índices de humidade muito baixo a baixa”.

Paralelamente a Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (FEWS) reporta que quase 1 milhão de moçambicanos estão em crise alimentar nas províncias de Gaza, Inhambane e Cabo Delgado prevendo que até Outubro o número de afectados pela insegurança alimentar estenda-se para o sul das províncias de Sofala, Manica e Tete.

Pandemia da covid-19 estabilizada em Moçambique enquanto não existe coragem para impor “novo normal”

Há mais de 2 meses que a pandemia do novo coronavírus está estabilizada em Moçambique, sem cumprir a recomendação da OMS de “testar, testar, testar”, e enquanto não existe coragem do Presidente da República para impor o “novo normal” de vida com a covid-19.

Texto: Adérito Caldeira

“Analisando o cumulativo de casos diagnosticados até então a taxa de positividade média mantém-se em cerca de 3 por cento” revelou o Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde no balanço da 20ª semana epidemiológica da covid-19 em Moçambique.

A taxa de positividade por província também está estável mesmo onde existe transmissão comunitária, aliás em Cabo Delgado baixou para 3,95 por cento e em Nampula passou para 5 por cento.

Em mais uma análise epidemiológica semana, em conferência de imprensa na Cidade de Maputo, nesta segunda-feira (03), o Dr. Sérgio Chicumbe destacou apenas que “em Sofala houve um ligeiro aumento da taxa de positividade acima da média nacional e também na Província e Cidade de Maputo”.

O perfil dos infectados pelo novo coronavírus no nosso país continua a ser de homens, com idades entre 20 e 49 anos, assintomáticos, contudo o Dr. Chicumbe chamou atenção “mesmo que as faixas etárias extremas, as crianças e os idosos, não tenham grande representatividade gráfica em termos de número absoluto começa a ser importante”.

O @Verdade apurou que com uma estratégia de apenas testar os casos sintomáticos, na



contramão da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de “testar, testar, testar”, Moçambique estabilizou a taxa de positividade em 3 por cento no início de Junho.

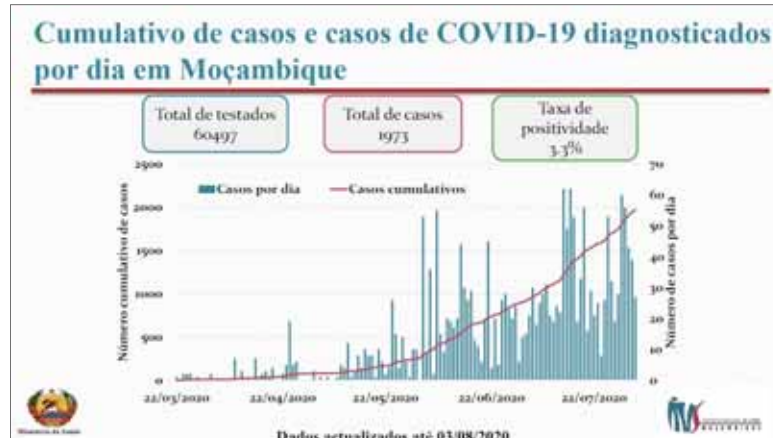
Aliás o Presidente da República admitiu, na Informação que submeteu à Assembleia da República, que embora a capacidade actual de testagem tenha subido para 1.600 testes por dia em todo o país “uma eventual subida da demanda de testagem poderá sobrecarregar o Sistema Nacional de Saúde”.

No entanto, e apesar desta estabilização da taxa de positividade, o Presidente Filipe Nyusi continua desorientado e incapaz de impor o “novo normal” que vinha anunciando desde o 3º mês do Estado de Emergência.

Estado de Emergência está aumentar a fome e desnutrição em Moçambique

A verdade é que a retoma das actividades económicas, sociais e o regresso das escolas presenciais, mesmo cumprindo as medidas básicas de prevenção do novo coronavírus (o uso de máscara, o distanciamento social e a higiene das mãos), será acompanhada pelo aumento de casos positivos que poderá resultar no aumento de pacientes nas unidades sanitárias.

O facto é que esperar que os hospitais em Moçambique tenham capacidade para atender a todos os doentes será preciso aguardar pelo menos uma década, tal como a água corrente e sabão não vai exis-



tir em todas as escolas públicas em 2 ou 6 meses.

Por outro lado a pirâmide etária do nosso país, tal como em outros países africanos, é maioritariamente constituída por jovens e crianças que caso adoeçam pela covid-19, da mesma forma que têm sobrevivido a outros vírus que existiam antes do novo coronavírus, têm grandes chances de sobrevivência.

Dezenas de milhões de moçambicanos, que não recebem nenhum apoio do Governo de Filipe Nyusi, precisam de sair a rua para ganhar o seu sustento diário e não podem continuar em casa a espera que a vacina da covid-19 chegue, caso contrário a fome e a desnutrição vão ser exacerbadas pelas medidas restritivas que são impostas pelo Estado de Emergência como forma de controlar a pandemia.

Carlos Lopes Pereira doa prémio para criação de Fundo de Apoio aos Fiscais das Áreas de Conservação em Moçambique

O médico veterinário moçambicano, Carlos Lopes Pereira, doou o prémio de 50 mil libras, que recebeu em reconhecimento da vida dedicada a conservação da natureza em África, para a criação de Fundo de Apoio aos Fiscais das Áreas de Conservação em Moçambique.

Texto: Redacção

Conhecido como o “terror dos caçadores furtivos”, devido ao combate incansável e invisível que desenvolve há mais de uma década nas matas, mas principalmente nos corredores políticos e da justiça, Carlos Lopes Pereira foi agraciado pelo Príncipe do Reino Unido pelos 38 anos de trabalho na preservação da natureza em Moçambique.

Aos 65 anos de idade este epidemiologista veterinário especializado em vida selvagem, professor universitário, e nos últimos anos Director do Serviço de Fiscalização e Protecção da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) doou o valor monetário do Prémio Príncipe William para a Conservação da Natureza em África 2019 para a constituição de um fundo de apoio aos fiscais moçambicanos.

Um comunicado de imprensa recebido pelo @Verdade indica o fundo tem “o objectivo de reconhecer a



bravura e dedicação dos fiscais das Áreas de Conservação, serão atribuídos prémios aos fiscais que mais se destacarem ao longo do ano. O fundo irá também apoiar os familiares mais próximos dos fiscais que percam a vida ou fiquem incapacitados no exercício das suas funções”.

Denominado Fundo Dr. Carlos Lopes Pereira será gerido pela BIOFUND, Fundação para a Conservação de Biodiversidade, que contribuiu com soma igual tendo elevado para oito milhões e seiscentos mil meticais o capital inicial do prémio que está aberto a contribuição de qualquer outro doador.

Moçambicanos morrem de covid-19 na África do Sul enquanto centenas retornam às minas

Dois moçambicanos perderam a vida com covid-19 na África do Sul, epicentro da pandemia no continente africano, um deles era mineiro. Entretanto mais de três centenas de cidadãos nacionais regressaram aos seus postos de trabalho nas minas da “terra do rand”.

Texto: Redacção

Mais três grupos de moçambicanos que trabalham nas minas de ouro e platina regressaram durante a semana passada a África do Sul inseridos num corredor aberto pelas autoridades do país vizinho e Moçambique, em resposta a acordo com as minadoras, desde o passado dia 7 de Julho.

O @Verdade apurou que viajou primeiro um grupo de 66 moçambicanos, seguido por outro de 211 e na sexta-feira partiram mais 106 cidadãos nacionais, obedecendo as normas de segurança sanitária de prevenção da covid-19.

As minas sul-africanas empregam cerca de 45 mil mineiros oriundos dos países vizinhos,

aproximadamente 12 mil são oriundos de Moçambique.

A África do Sul continua a destacar-se como o epicentro da pandemia do novo coronavírus no nosso continente com um cumulativo de 511.485 infectados e 8.366 mortos, registados nesta segunda-feira (03).

Entretanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação revelou que na semana de 17 a 24 de Julho dois moçambicanos que trabalhavam e residiam na África do Sul faleceram com covid-19. Um deles estava na faixa etária dos 40-44 anos e estava em comissão e outro era um mineiro que estava na faixa dos 50-55 anos de idade.

Cidadão indiano é 14^a óbito da covid-19 em Moçambique, novo coronavírus propaga-se por Tete

Um cidadão adulto de nacionalidade indiana faleceu na madrugada desta segunda-feira (03) na Província de Nampula tornando-se na 14^a vítima mortal da covid-19 em Moçambique, num dia em que o novo coronavírus propagou-se para novos distritos da Província de Tete.

Texto: Adérito Caldeira

A Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública anunciou “o registo de mais um óbito em paciente infectado pelo novo coronavírus, na Província de Nampula. Trata-se de um indivíduo de 45 anos de idade, do sexo masculino e de nacionalidade indiana. O mesmo deu entrada no Hospital Central de Nampula no dia 30/07/2020 com um quadro grave. Foi colhida a amostra para Covid-19 e



esteve internado no Centro de Isolamento da Covid-19 durante 3 dias, período durante o qual evoluiu com agravamento do quadro clínico. Na madrugada de hoje, 3/08/2020, foi declarado óbito”.

Entretanto Moçambique passou a ter um cumulativo de 1.973 casos positivos registados, após a detecção de 27 novos casos, todos em isolamento domiciliar, 25 deles em indivíduos de nacionalidade moçambicana e dois em cidadãos de nacionalidade portuguesa, entre eles 19 são do sexo masculino e oito do sexo feminino.

Falando em conferência de imprensa na Cidade de Maputo a Dra. Benigna Matsinhe detalhou as idades dos novos pacientes: dois são menores de 5 anos, um é uma criança na faixa dos 5-14 anos, quatro são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, seis são jovens na faixa

dos 25-34 anos, seis estão na faixa dos 35-44 anos, dois estão na faixa dos 45-54 anos, cinco estão na faixa dos 55-64 anos e um tem mais de 65 anos.

A Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública anunciou que o novo coronavírus propagou-se pela Província de Tete, onde o cumulativo de casos cresceu para 55, após a identificação dos dois primeiros infectados no Distrito de Marávia, do primeiro paciente no Distrito de Chifundi e ainda do primeiro caso no Distrito de Tsangano. Foram ainda diagnosticados um caso na cidade de Tete e outro no Distrito de Moatize.

Ainda nesta segunda-feira (03) foram detectados pela vigilância activa três novos infectados no Distrito de Mueda que aumentaram para 483 o total de casos positivos na Província de Cabo-Delgado.

Na Província de Nampula o cumulativo ascendeu a 430 com o diagnóstico de um novo caso positivo na Cidade de Nampula e outro no Distrito de Monapo.

A vigilância sanitária identificou dois novos pacientes no Distrito de Gurué e um no Distrito de Pebane, elevando para 43 o total de casos positivos na Província da Zambézia.

Na Província de Gaza o cumulativo passou a 42 casos com a detecção, pela vigilância sanitária, de dois novos infectados no Distrito de Bilene.

Nove casos positivos foram diagnosticados na Província de Maputo, subindo para 354 o total de casos, após a identificação de oito novos pacientes na Cidade da Matola e um no Distrito de Boane.

Na Cidade de Maputo a vigilância sanitária detectou dois novos infectados que aumentaram para 399 o cumulativo de casos numa região onde a transmissão comunitária continua apenas a depender da vontade dos políticos.

Taxas de juros em Moçambique imunes à covid-19

As competências e as ade funcionamento e As taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais em Moçambique parecem imunes à covid-19, apesar dos esforços do Banco Central e das recomendação do FMI o custo do dinheiro baixou somente 2,1 por cento desde que a pandemia iniciou no nosso país. Aliás os banqueiros reportam que os seus lucros bilionários estão a ser afectados pela descida da Prime Rate. o mandato do seu Director-Geral foi encurtado.

Texto: Adérito Caldeira

Depois da crise das dívidas ilegais, da recessão exacerbada pelas calamidades naturais o custo do dinheiro nos bancos em Moçambique continua proibitivo para investimentos.

Em Agosto, embora o Indexante Único do Banco de Moçambique tenha voltado a baixar mais um bocadinho a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano foi fixada em 15,90 por cento, menos 0,30 por cento do que no mês de Julho e ainda sem reflectir a redução em 1 por cento que a taxa de juro de política monetária, (taxa MIMO) teve no passado dia 17 de Junho.

No seu primeiro relatório de estabilidade financeira de 2020 o Banco Central associou os altos níveis de crédito



Descrição	Taxa
Indexante Único* (calculado pelo BM)	10,30%
Prémio de Custo (calculado pela AMB)	5,60%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (calculado pelo BM e AMB)	15,90%

*O Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 23 do mês seguinte.

mal em incumprimento ao elevado custo do dinheiro em Moçambique: “Uma das variáveis mais relevantes na avaliação da qualidade de activos é o NPL, que tem registado, numa base permanente, cifras de dois dígitos, muito acima do limite de 5 por cento recomendado pelas boas práticas internacionais, influenciado fundamentalmente pelos níveis de taxas de juro a retalho prevaletentes, com implicações no aumento do risco de crédito, o risco bancário mais significativo em Moçambique”.

Aliás o custo do dinheiro nem sequer acompanha a inflação baixa dos últimos meses reflectindo a falta de vontade dos banqueiros a operarem em Moçambique, que lamentam que os seus lucros de 2019 foram afectados pela pequena descida que tem havido nas taxas de juro.

Intacto manteve-se a Prémio de Custo, que os bancos comerciais em Abril reviram em alta, e também não foi alterado o Spread em nenhuma das instituições bancárias que operam em Moçambique.

Quinto óbito pela covid-19 na Cidade de Maputo, Moçambique ultrapassa 2 mil casos positivos

Moçambique ultrapassou nesta terça-feira (04) os 2 mil casos positivos da covid-19 num dia em faleceu o quinto indivíduo infectado com o novo coronavírus na Cidade de Maputo. A capital moçambicana registou ainda uma nova explosão de novos infectados.

Texto: Adérito Caldeira



O Ministério da Saúde (MISAU) registou “mais um óbito em paciente infectado pelo novo coronavírus, na Cidade de Maputo. Trata-se de um indivíduo de 78 anos de idade, do sexo feminino e de nacionalidade moçambicana. A mesma deu entrada na Unidade de Cuidados Intensivos de Hospital do Sector Privado, na Cidade de Maputo, no dia 29 de Julho, transferida de um outro Hospital do Sector Privado. Tinha um quadro clínico grave, sofrendo de outras doenças. O resultado da amostra para Covid-19 foi conhecido ontem (03.08.2020), mesmo dia em que foi declarado óbito”.

Ainda nesta terça-feira (04) foram diagnosticados 30 novos pacientes da covid-19 na Cidade de Maputo, aumentando para 429 o cumulativo de casos positivos na capital moçambicana onde a transmissão comunitária está apenas refém da vontade do Governo. Na semana passada a taxa de positividade cresceu para 6 por cento, a mais alta de Moçambique.

Na Província de Maputo o total de casos passou para 363 após a detecção de quatro novos infectados na cidade da Matola, outros quatro no Distrito da Namaacha e um no Distrito de Ressano.

A vigilância activa identificou um novo caso no Distrito de Machaze, subindo para 18 o cumulativo na Província de Manica.

A vigilância sanitária detectou dois novos pacientes na Vila de Songo e um na Cidade de Tete, aumentando para 58 o total de casos na província.

Na Província da Zambézia o cumulativo cresceu para 44 casos positivos após a vigilância sanitária identificar um novo infectado no Distrito de Gilé.

Sete novos pacientes foram diagnosticados na Província de Nampula, onde o total de casos ascendeu a 437, dois na Cidade de Nampula, dois no Distrito de Mussoril, dois no Distrito de Nacala e um no Distrito de Monapo.

Na Província de Cabo Delgado o cumulativo subiu para 488 casos positivos com a detecção de cinco novos infectados na Cidade de Pemba.

Com os 56 infectados diagnosticados nesta terça-feira (04), 52 de nacionalidade moçambicana e quatro estrangeiros (três de nacionalidade malawiana e um de nacionalidade zimbabueana), Moçambique passou a ter um total de 2.029 casos positivos.

O MISAU, em comunicado de imprensa, detalha que 31 dos novos casos são do sexo masculino e 25 do sexo feminino. Três dos novos pacientes estão acima dos 65 anos, dois estão na faixa dos 55-64 anos, nove estão na faixa dos 45-54 anos, 16 estão na faixa dos 35-44 anos, dez são jovens na faixa dos 25-34 anos, oito são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, três são crianças na faixa dos 5-14 anos e cinco são menores de 5 anos de idade.

Com estas crianças Moçambique passa a ter um cumulativo de 207 menores de idade infectados pelo novo coronavírus.

Frelimo aprova relatório Presidencial sobre Estado de Emergência; “novo normal” com covid-19 em Moçambique será sob lei das Calamidades

O partido Frelimo usou, e abusou, da ditadura do voto maioritário na Assembleia da República para aprovar o inócuo relatório do Presidente Filipe Nyusi sobre os 4 meses do 1º Estado de Emergência da nossa História. Mais cedo, nesta terça-feira (04), o Governo sinalizou, e a ministra Helena Khida confirmou ao @Verdade, que o “novo normal” em Moçambique poderá acontecer sob suporte da lei de Calamidades.

Texto: Adérito Caldeira

Esquecendo a promessa feita no início da IX Legislatura, de buscar consensos, 179 deputados do partido que governa Moçambique há 45 anos aprovaram a Informação do Presidente da República sobre o Estado de Emergência como medida de prevenção do novo coronavírus.

Em nome da bancada parlamentar do Frelimo o deputado Agostinho Chipindula justificou o voto favorável “porque a comunicação contém informações detalhadas sobre as medidas que foram tomadas no período de vigência do Estado de Emergência e que se mostraram imprescindíveis para a defesa e salvaguarda da vida e do bem estar do nosso maravilhoso povo moçambicano”.

“Votamos à favor porque entendemos que com as medidas adoptadas resultou que o país conseguisse obter um número de casos por milhão de habitantes baixou e por isso o nível de transmissão da covid-19 e óbitos ao nível da comunidade sejam os mais baixos ao nível da região da SADC e do continente”, afirmou ainda o deputado Chipindula.



O maior partido da oposição reprovou o relatório do Presidente Filipe Nyusi por considerar que a declaração do 1º Estado de Emergência na História de Moçambique, e as sucessivas prorrogações, enferma de vício de inconstitucionalidade e não alcançou os objectivos que a nortearam.

“Esperávamos que os dados fossem detalhados, conforme prevê o número 1 do artigo 299 da Constituição da República que dispõe no termo do Estado de Sítio ou de Emergência o Presidente da República faz uma comunicação à Assembleia da República com uma informação detalhada sobre as medidas tomadas ao seu abrigo e a relação nominal dos cidadãos atingidos” começou por declarar o de-



putado António Muchanga que esclareceu “quando falamos de cidadãos atingidos, falamos daqueles senhores que perderam a vida cujas mães estão agora de qualquer maneira e as esposas ficaram viúvas”.

O deputado do partido Renamo enfatizou ainda a falta de justificação detalhada do que foi comprado, a que em-

“Votamos contra porque não foi cumprida a redução das taxas do IVA nas tarifas de água e luz, tal como estava previsto quando foi decretado o Estado de Emergência; Votamos ainda contra porque o apoio às te-

bilhões de meticais durante 120 de dias e que empresas privadas beneficiaram-se desse dinheiro resultou em parte da ajuda dos Parceiros de Cooperação a ministra Helena Khida justificou que a Constituição



sourarias das micro, pequenas e médias empresas, previsto durante o Estado de Emergência não aconteceu e duvidamos que isso venha a acontecer; Votamos contra para denunciar as adjudicações directas sem indicação da lista das empresas beneficiárias; Votamos contra porque sentimos que durante a vigência do Estado de Emergência houve uso excessivo da força pelas Forças de Defesa e Segurança o que culminou com a morte de alguns cidadãos moçambicanos”, argumentou ainda o deputado do MDM Elias Impuiri.

“Pede-se que se traga a lista nominal de cidadãos baleados, temos de saber se foram baleados por conta da aplicação destas normas restritivas ou se por outras razões” começou por reagir a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Representando o Presidente da República na missão de escon-

da República obriga a fornecer uma lista nominal dos cidadãos afectados, “eu não vejo onde é que as empresas se encaixam na lista nominal, entendendo que nomes tenham a ver com pessoas”.



“Mas de qualquer forma é importante lembrar que Sua Excelência o Presidente da República tinha 30 dias para trazer o relatório, e foi trazido com alguma urgência, e por alguma razão. O que

passou foi o Estado de Emergência mas a emergência em si, a covid, permanece e há necessidade de nós termos que urgentemente encontrar outras medidas para fazer continuar a controlar a propagação desta pandemia”, concluiu a governante deixando claro que o “novo normal” não será imposto em Moçambique através de uma nova declaração do Estado de Emergência.

“Novo normal” nos próximos dias com lei das Calamidades

Aliás, no 6º dia depois do fim do Estado de Emergência, como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus, o Conselho de Ministro “apreciou e aprovou a proposta de Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres e que revoga a Lei n.º 15/2014, de 20 de Junho, a submeter à Assembleia da República”.

Embora ainda não seja pública a proposta o @Verdade entende que este dispositivo poderá ser o suporte legal encontrado pelo Governo de Filipe Nyusi para impor novas restrições às liberdades aos moçambicanos.

“Eu penso que o facto de trazido para o Conselho de Ministros neste momento é porque exactamente há urgência, acredito que há-de ser convocada a Assembleia para ser apreciada” a proposta de Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres, explicou ao @Verdade a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Khida, à saída do Parlamento.

O @Verdade apurou ainda que os 232 deputados que foram trazidos dos seus círculos elei-

torais para participarem desta 3ª sessão extraordinária da IX Legislatura foram instruídos a não regressarem às províncias, indiciando que uma nova plenária deverá ser agendada nos próximos dias.

Presidente Nyusi opta por manter os moçambicanos à fome: “decidi decretar o Estado de Emergência” até 6 de Setembro

Embora a covid-19 não seja tão mortal como a malária, HIV, tuberculose, cólera ou fome o Presidente Filipe Nyusi optou por manter os moçambicanos em casa: “decidi decretar o Estado de Emergência em todo o território nacional por 30 dias, com início às 0 horas da 8 de Agosto e término às 23h59 do dia 6 de Setembro”. Sem nenhum apoio para os milhões de informais o Chefe de Estado perspectivou novamente o alívio das medidas restritivas, porém condicionadas a “capacidade de gerir a evolução da epidemia”, sendo certo que o pior da covid-19 em Moçambique ainda está para vir.

Texto: Adérito Caldeira

Após 6 dias de desorientação e terido que impor o seu inócuo relatório sobre o 1º Estado de Emergência da História de Moçambique o Presidente da República (PR) comunicou à Nação que é óbvio: “a pandemia da covid-19 parece estar ainda lon-

gem todas as crianças em idade para estudar.

A realidade é que nem atrasando o pico da pandemia por mais 5 ou 10 anos o Sistema Nacional de Saúde não estará preparado para atender a todos os moçambicanos.



Sem anunciar nenhum apoio para os milhões de moçambicanos que precisam de sair de casa para ganhar o sustento diário e muitos passam mais fome desde Março o Chefe de Estado

ge de atingir o pico da sua evolução em Moçambique, o que está claro é exactamente o oposto, nas últimas semanas a pandemia vem registando ritmo acelerado de progressão no nosso país”, afinal foi essa a estratégia delineada em Março, adiar o pico.

O drama é a realidade de Moçambique que durante 45 anos de independência os sucessivos governos do partido Frelimo foram incapazes de sequer colocar água corrente nas poucas escolas onde ainda não ca-

anunciou: “decidi decretar o Estado de Emergência em todo o território nacional por 30 dias, com início às 0 horas da 8 de Agosto e término às 23h59 do dia 6 de Setembro”.

Faltando coragem para impor um “novo normal” em que a vida possa continuar com a covid-19, tal como Moçambique nunca parou por causa dos milhões de doentes e mortos pela malária, HIV, tuberculose e desnutrição crónica, o Presidente Nyusi criou novamente falsas esperanças, tal como durante os 120 dias do Es-

tado de Emergência que terminou: “Definimos 3 fases para o alívio das medidas restritivas”, condicionadas “1º da nossa capacidade de gerir a evolução da epidemia; 2º da capacidade de resposta do Sistema Nacional de Saúde continuar a estar assegurada; 3ª da capacidade de fazer testes seja robusta”.

“Quanto ao ensino pré-escolar, primário e secundário geral a sua retomada está dependente da verificação das condições que foram impostas pelas autoridades sanitárias”

O PR perspectivou: “A fase 1, que começa a 18 deste mês, abrange as seguintes áreas: retomada das aulas no ensino superior, retomada das aulas nas academias e escolas das Forças de Defesa e Segurança, retomada das aulas nas instituições de formação de professores do ensino primário e de educação de adultos, retomada de aulas das instituições de ensino técnico profissional, retomada das aulas nas instituições e centros de formação de saúde, retomada de aulas nos centros de formação profissional públicos. Alargamento do número de participantes em cerimónia fúnebres para um máximo de 50 pessoas, excepto quando a covid-19 tenha sido a causa da morte em que o número permanecerá de 10. Retomada de cultos religiosos, devendo o número de participantes não exceder a 50 pessoas”.

“A fase 2, que começa a 1 de Setembro, envolve as seguintes áreas: retomada em pleno funcionamento do ensino técnico-profissional, retomada dos cinemas, teatros, casinos e ginásios, retomada das escolas de condução, retomada dos desportos motorizados”, anunciou o Chefe de Estado.

Nyusi prometeu uma fase 3, “que começa dia 1 de Outubro, abrange o início das aulas da 12ª classe. Quanto ao ensino pré-escolar, primário e secundário geral a sua retomada está dependente da verificação das condições que foram impostas pelas autoridades sanitárias e pelos organismos de inspecção, claramente também obedecendo a tendência da pandemia no nosso país. O mesmo princípio se aplica às modalidades desportivas colectivas”.

O Chefe de Estado enfatizou que: “Todos os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas devem manter-se encerrados até que se confirme as condições adequadas para o seu funcionamento. Eu quero chamar atenção, há uma tendência de pensar que as barracas só vendem bebidas alcoólicas, não. Algumas barracas, até nas zonas rurais, são autênticas cantinas ou mini-lojas, vendem sabão, vendem óleo, vendem sal, não é isso que está proibido, dissemos todos os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas devem manter-se encerrados até que se confirme as condições adequadas para o seu funcionamento”.

Milhões de meticais irregularmente usados durante o Censo de 2017 na Província do Niassa

Dezenas de milhões de meticais foram irregularmente usados pela Delegação do Instituto Nacional de Estatística de Lichinga durante a realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 (IV RGPH 2017) na Província do Niassa.

Texto: Adérito Caldeira

Uma Auditoria financeira do Tribunal Administrativo (TA) considerou “irregulares as demonstrações financeiras” do Projecto Nacional de Desenvolvimento de Dados Estatísticos na Província do Niassa, “respeitantes ao exercício económico 2017 e, por consequência, não quites os responsáveis pela aludida gerência, face às anomalias de que as mesmas enfermam”.

As irregularidades, de dezenas de milhões de meticais, constam do processo 1096/2018, tornado público em Boletim da República de Julho passado, que começa por reportar: “fragilidades existentes no sistema de controlo interno”.

“Falta de listas dos candidatos escritos para recenseadores e controladores do IV RGPH 2017, de cada distrito, devidamente homologadas pelos membros da Comissão administrativa do Censo, facto que impossibilitou a aferição



dos pagamentos transferidos para os distritos, no valor de 18.041.400 meticais, referente aos subsídios de transporte e refeição” indica o documento que revela ainda o “pagamento

de 533.450 meticais referente ao subsídio simbólico de recargas, sem assinatura dos membros da Comissão administrativa do Censo, bem como dos respectivos beneficiários”.

Os auditores do TA detectaram: “Falta de documentos justificativos no valor global de 1.792.684,80 meticais, referente ao salário pago aos recenseadores, controladores e

guias de campo do Censo 2017”; “Inexistência de mapas de controlo da tesouraria das administrações distritais e municipais, relativamente aos valores recebidos em numerário e entregues aos beneficiários, na ordem de 15.540.592,32 meticais”; e também o “Pagamento de 22.351.616 meticais aos controladores e recenseadores, cujos contratos não foram enviados ao Visto Obrigatório do Tribunal Administrativo”.

O tribunal que fiscaliza as Contas do Estado decidiu ainda enviar “cópia do Acórdão e do Relatório Final da Auditoria de Regularidade ao Ministério Público para os devidos efeitos legais, por desconhecimento por parte deste Tribunal do destino dado a importância total de 2.350.934,80 meticais”.

Recorde-se que o Censo de 2017, realizado sob a presidência de Rosário Fernandes, custou 4,8 biliões de meticais.

12 atropelamentos e seis despistes seguidos de capotamento e para além dos óbitos causaram pelo menos 69 feridos, durante aquela que foi a última semana com restrição de circulação de pessoas no âmbito das medidas para conter a propagação do novo coronavírus no nosso país.

Parlamento reúne para ratificar Estado de Emergência e aprovar lei que vai introduzir “novo normal” com covid-19 em Moçambique

A Assembleia da República vai reunir nesta sexta-feira (07) para Ratificar a Declaração de um novo Estado de Emergência, e manter a restrição dos direitos e liberdades dos moçambicanos como forma de conter a pandemia do novo coronavírus em Moçambique, e vai aprovar, nos dias seguintes, a nova Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres que poderá ser usada para introduzir um “novo normal” com a covid-19.

Texto: Redacção

“A Comissão Permanente da Assembleia da República, reunida na manhã de hoje, em Maputo, na sua XIII Sessão Extraordinária, decidiu marcar, para os dias 7, 8, 9 e 10 de Agosto corrente, a IV Sessão Extraordinária da Assembleia da República para Ratificar a Declaração do Estado de Emergência e apreciar a Proposta de Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres”, indica um comunicado de imprensa da chamada “Casa do Povo”.

2º Estado de Emergência da História de Moçambique mantém a limitação de Direitos, Liberdades e Garantias tal como nos 120 dias passados.

Os vistos de entrada continuam cancelados, as aulas nas escolas públicas e privadas continuam limitadas, os eventos públicos e privados de qualquer índole estão proibidos e as medidas de prevenção do novo coronavírus são obrigatórias inclusivamente nos transportes colectivos



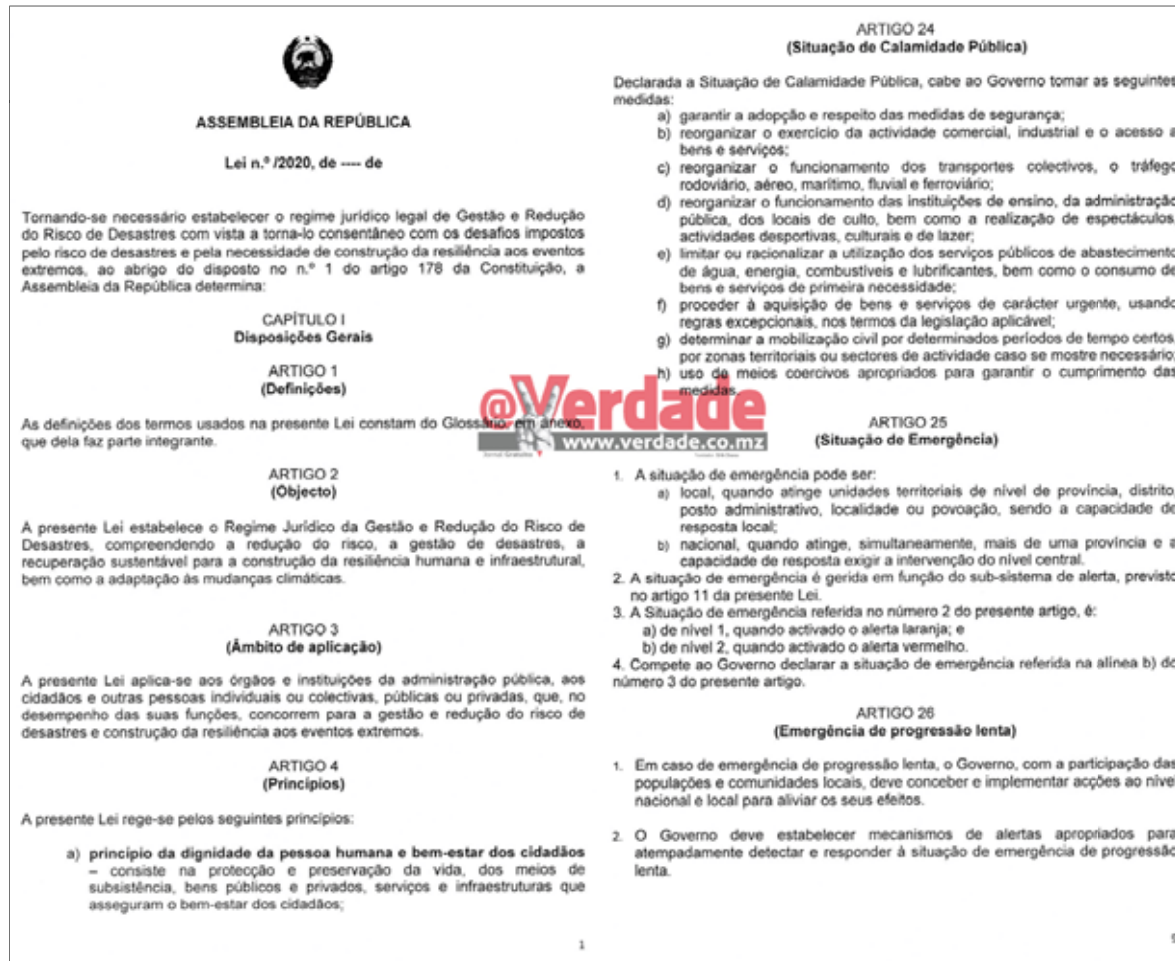
O documento recebido pelo @Verdade indica que na sexta-feira (07) o plenário da Assembleia da República vai cancelar “o Decreto Presidencial atinente ao Estado de Emergência, bem como o Projecto de Lei que Ratifica a Declaração do Estado de Emergência”.

Embora o Presidente Filipe Nyusi tenha anunciado o alívio de algumas medidas restritivas, a partir de 18 de Agosto, o @Verdade apurou que o Decreto Presidencial que vai impor o

de passageiros.

No sábado (08) e no domingo (09) as Comissões Especializadas da Assembleia da República reúnem para emitir os seus Pareceres sobre a Proposta de Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres que deverá ser aprovada na próxima segunda-feira (10).

O @Verdade apurou que a nova lei pretende estabelecer mecanismos de alinhamento entre o sistema de alerta e as declarações do Estado de



Emergência, Situação de Calamidade Pública e a Situação de Emergência.

Dentre as várias inovações a nova Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres traz novos princípios que não se limitam a gestão de calamidades, define um novo quadro de coopera-

ção e colaboração entre organizações públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, os riscos e ameaças foram revistos passando a incluir “pandemias” como a covid-19.

Mas as maiores inovações são a retirada do direito a uma indemnização

para o cidadão ou entidade privada que seja afectada pela imposição de medidas excepcionais e a competência que o Governo passa a ter para declarar, “em todo ou parte do território nacional”, situação de calamidade pública ou situação de emergência.

Cidade de Maputo volta ser o epicentro da pandemia da covid-19 em Moçambique mas transmissão comunitária ainda é só “iminente”

A cidade de Maputo voltou a tornar-se no epicentro da pandemia do novo coronavírus em Moçambique após o diagnóstico de dezenas de infectados nesta quinta-feira (06), pelo terceiro dia consecutivo. Ainda assim as autoridades de Saúde garantem que a propagação continua a ser por foco embora esteja na “eminência de transmissão comunitária”.

Texto: Adérito Caldeira

A Directora Nacional de Saúde Pública reviu para 2.120 o cumulativo de casos positivos da covid-19 em Moçambique após a detecção de 41 novos infectados, 39 de transmissão local, dois importados, 21 do sexo masculino e 20 de sexo feminino, todos em isolamento domiciliar.

Um dos novos casos é menor de 5 anos, dois são crianças na faixa dos 5-14 anos, cinco são adolescentes/jovens na faixa dos 15-24 anos, onze são jovens na faixa dos 25-34 anos, 12 estão na faixa dos 35-44 anos, seis estão na faixa dos 45-54 anos, dois estão na faixa dos 55-64 anos e dois são indivíduos maiores de 65 anos de idade detalhou a Dra. Rosa Marlene que indicou que 27 dos novos casos foram detectados na Cidade de Maputo.

A capital moçambicana, onde foi identificado o primeiro pa-

ciente com o novo coronavírus do país em Março, voltou a ser o epicentro da pandemia em Moçambique com um total de 495 casos positivos.

Contudo, e apesar dos 96 novos infectados diagnosticados nos últimos 3 dias, o Director-Geral Adjunto do Instituto Nacional de Saúde clarificou que ainda não existe transmissão comunitária e descontrolada. “Quando temos um aumento de casos é preciso entender qual é o perfil desses casos, foi isso que fizemos em Pemba e em Nampula”.

“Nós podemos ter um aumento de casos mas se tivermos focos, por exemplo 50 casos num dia mas num grupo profissional circunscrito numa empresa, unidade sanitária ou comunidade específica bem conhecida em que as teias de transmissão são conhecidas e estão relacionadas. Sabemos que o indivi-

duo x tem uma relação epidemiológica, profissional, social com outros indivíduos, esses aspectos tem de ser considerados. Lembrar que temos países pelo mundo com mais de 100 mil casos, segundo o relatório situacional da OMS, e que ainda tem padrão de transmissão por focos, porque eventualmente o numero de casos é elevado mas estão focalizados”, argumentou o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior.

O epidemiologista moçambicano chamou atenção “que o padrão de transmissão por focos, que é o actual na Cidade de Maputo, versus comunitária ele não é relacionado com o local onde a infecção foi adquirida, ambos padrões de transmissão são na comunidade há uma diferenciação epidemiológica, porque quando temos vários casos mas eles estão focalizados a estratégia de controle é uma. Quando temos

um incremento de casos mas não estão focalizados, estão dispersos numa área geográfica ampla, a estratégia de controle é complementemente diferente. Então nós não podemos usar a abordagem de controle de uma epidemia de focos para uma epidemia com padrão de transmissão comunitária”.

“A Cidade de Maputo está em eminência de transmissão comunitária, e a Província de Maputo também nos preocupa, nós oportunamente iremos comunicar quando com base nas análises que estamos a fazer a Cidade de Maputo cumprir com os quatro critério de padrão de transmissão comunitária”, concluiu a autoridade de Saúde Pública.

Novo coronavírus propaga-se pela Província de Inhambane

Na Província de Maputo o

cumulativo subiu para 375 casos após a identificação de cinco novos pacientes na Cidade da Matola e um no Distrito da Manhica.

A vigilância sanitárias detectou a propagação do novo coronavírus pela Província de Inhambane encontrando um novo infectado na Cidade de Inhambane, outro na Cidade da Maxixe e mais um no Distrito de Inhassoro.

Na Província da Zambézia o número total de casos passou para 47 após o diagnóstico, pela vigilância sanitária, de um novo paciente na Cidade de Quelimane.

A Província de Cabo Delgado foi rebaixada para a segunda com mais casos positivos, 492, com a identificação de quatro novos infectados na Cidade de Pemba que continua a ter transmissão comunitária da covid-19.

1 ano após 3ª Acordo de Paz em Moçambique milhares de guerrilheiros do partido Renamo continuam armados

O Presidente Filipe Nyusi e Ossufo Momade, líder do partido Renamo, trocaram saudações nesta quinta-feira (06), assinalando a passagem de um ano desde que foi rubricado o 3ª Acordo de Paz em Moçambique. Contudo milhares de guerrilheiros do partido Renamo continuam nas matas e com armas violando uma das principais premissas do documento.

Texto: Redacção

“O dia 6 de Agosto está impregnado de grande simbolismo nos esforços que empreendemos para a busca da paz efectiva e duradoura. Foi nesta data, em 2016 que, após uma interacção virtual com o Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, fomos à Serra da Gorongosa sem formalidades ao seu encontro”, começou por recordar o Chefe de Estado moçambicano numa mensagem alusiva ao 1º aniversário do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

Nyusi saudou todos os intervenientes nas negociações e que apoiaram a Acordo particularmente: “Felicitao ao meu irmão Ossufo Momade por ter aceite assumir o cargo de líder da oposição. Trata-se de um passo importante rumo à consolidação da nossa democracia e institucionalização da política partidária no nosso país”.

“Para aqueles que acompanham o processo estando de fora deste – refiro-me aos membros da chamada Junta Militar – acredito que vós tendes visto os frutos de Moçambique novo e tendes ouvido as histórias dos vossos antigos colegas e antigos



guerrilheiros que já regressaram às suas casas. Encorajo-vos a virarem mais uma página no compêndio da história de diálogo em Moçambique, e sentarem-se à mesa para conversar e colocar para trás o passado, beneficiando, tal como nós, desta oportunidade de trazer uma nova imagem à nossa sociedade”, apelou o Presidente da República.

O presidente do partido Renamo assinalou que: “O Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional de Maputo que hoje faz um ano, tem sido caracterizado por um esforço de sarar feridas. Neste diapasão esteve também a implementação do Acordo Geral de Paz de

Roma que durante cerca de 25 anos pareceu ter sido um mar de rosas, pois, quando menos esperávamos e de forma subtil os pressupostos da sua assinatura foram sendo destruídos o que originou às várias convulsões sociais e a agudização da intolerância política”.

“Não podemos admitir que a Polícia continue a tratar os moçambicanos na base da sua opção política”

Momade regozijou-se com o decorrer do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos seus homens, tendo contabilizado a “desmobiliza-



ção de 520 combatentes e no encerramento de 2 bases” no entanto não conseguir estabelecer um horizonte temporal para os restantes 4.701 guerrilheiros entregarem as armas e as 14 bases ainda activas serem encerradas, uma das premissas fundamentais do Acordo rubricado a 6 de Agosto de 2019.

Implicitamente demandando maior integração dos seus homens na Polícia da República de Moçambique, uma das principais exigências do DDR, o líder do maior partido de oposição avisou: “Não podemos admitir que a Polícia que se espera ser republicana continue a agir sob ordens político-partidárias, continue a tratar os mo-

çambicanos na base da sua opção política, não podemos aceitar que a Polícia da República de Moçambique continue a ser o principal actor nas eleições com o propósito de facilitar o enchimento de urnas e a manipulação dos resultados eleitorais à favor do partido no poder”.

“É tempo de uma transição pacífica e legítima para que as gerações vindouras possam orgulhar-se dos seus antecessores. Assim, entendemos que todos, como moçambicanos devemos pautar pelo espírito da honestidade por forma que as próximas eleições, em 2023 e 2024 sejam livres, justas e transparentes”, declarou Ossufo Momade.

Taxa para assistência e fiscalização nas fronteiras de Moçambique existe há mais de uma década

Ao contrário do que foi noticiado com alarido os postos fronteiriços de Moçambique não introduziram uma nova taxa para assistência e fiscalização. O Serviço Nacional de Migração (SENAMI) clarificou ao @Verdade que o pagamento existe há mais de uma década “no entanto alguns Postos de Travessia não estavam a efectuar a cobrança”.

Texto: Redacção

Foi noticiado com algum alarido que no passado sábado (01) o Ministério do Interior introduziu, através do SENAMI, uma nova taxa para assistência e fiscalização à bordos dos veículos que cruzam os Postos de Travessia nacionais.

“Não é uma taxa nova”, esclareceu nesta quinta-feira (06) o porta-voz do Serviço Nacional de Migração detalhando que foi “fixada pelo Diploma Ministerial nº 18/2006, de 09 de Fevereiro, no entanto alguns Postos de Travessia, embora prestassem assistência e fiscalização, não estavam a efectuar a cobrança desta taxa, razão pela qual foram instruídos para passarem a cobrá-la”.

O @Verdade compulso o Diploma Ministerial indicado, emitido pelos Ministérios do Interior e das Finanças, onde à data são actualizadas as taxas cobradas pelos Serviços de Migração não só para assistência e fiscalização à bordos dos veículos que cruzam os Postos de Travessia terrestres mas também marítimos e aéreos.

O Diploma Ministerial nº 18/2006 actualizou também as taxas de assistência a naufrágios, acompanhamento de tripulações ou de passageiros, para deslocação do pessoal da Migração aos locais onde se efectua a assistência e fiscalização à bordo e ainda o valor a ser pago pela alimentação dos funcionários dos Postos Fronteiriços.

9 DE FEVEREIRO DE 2007

83--(17)

83--(18)

1 SÉRIE -- NÚMERO 6

ARTIGO 1

É introduzido um novo artigo 54, com a seguinte redacção:

“Taxas”

(Participação nas sessões dos órgãos colegiais)

As entidades do Estado podem participar nas sessões dos órgãos colegiais, com direito a palavra mas sem direito a voto.”

ARTIGO 2

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República em 11 de Dezembro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Jorge de Almeida.

Promulgada em 9 de Fevereiro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal António Cavaco.

ANEXO I

Tabela de Taxas para os Postos Fronteiriços.

1. Assistência e Fiscalização à Borda de Navios, aeronaves, veículos, composições ferroviárias, motocicletas e outros meios não classificados - Por cada funcionário que efectua o Serviço de assistência e fiscalização, cobram-se-lhe os seguintes valores:

De uma até quatro horas:

Navios atracados	247,20MT
Navios no Largo	494,40MT
Aeronaves com capacidade até 100kg	494,40MT
Aeronaves com capacidade superior	988,80MT
Composições ferroviárias	247,20MT
Veículos ligeiros	98,88MT
Veículos pesados	247,20MT
Motores	49,44MT
Outros	49,44MT
Por cada hora a mais, cobram-se-lhe os seguintes valores:	

2. Hospedagem - Por cada funcionário que assiste a embarques ou desembarques, por cada dia de visita e quatro horas de trabalho:

Nos Postos	494,40MT
Nas Lojas	988,80MT

3. Acompanhamento - Por cada funcionário que efectua acompanhamento de tripulações ou de passageiros, cobram-se-lhe os seguintes valores:

a) De Migração, Postos Fronteiriços ou quaisquer pontos em terra, dentro da área urbana ou fora dela, até à bordo de navios fundeados nos ancoradouros fiscais ou vice-versa:	
Dentro da área urbana	247,20MT
Fora da área urbana	494,40MT
b) De Migração, Postos de travessia ou quaisquer outros pontos em terra, dentro da área urbana ou fora dela, até à bordo de navios fundeados fora dos ancoradouros fiscais ou vice-versa:	
Dentro da área urbana	494,40MT
Fora da área urbana	988,80MT

c) De bordo de um navio para outro, quando ambos se achem fundeados em diferentes ancoradouros fiscais ou vice-versa:
Por cada passageiro 494,40MT |

d) De bordo de um navio para outro, quando ambos se achem fundeados nos mesmos ancoradouros fiscais ou vice-versa:
Por cada passageiro 247,20MT |

e) De um para outro Posto Fronteiriço, não passados entre 5 e 10 Km:
Por cada passageiro 494,40MT |

f) De um para outro Posto Fronteiriço ou quaisquer pontos, não passados superior a 10 Km 988,80MT |

MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DAS FINANÇAS

Diploma Ministerial n.º 18/2006

de 9 de Fevereiro

Verificando-se que as Taxas que os Serviços de Migração e as Taxas de actas e serviços prestados ao público, se encontram desactualizadas, impõe-se a actualização da sua redacção.

Assim, ao alargar do disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 1696, de 11 de Junho, os Ministros do Interior e das Finanças determinam:

Artigo 1

1. São actualizadas, pelo factor 1, as taxas respectivas constantes dos tabelos que constituem os anexos I a V do Diploma Ministerial n.º 1594, de 13 de Junho, emitidos pelo Serviço de Migração.

2. As taxas actualizadas, a que se refere o número anterior, constam das tabelas anexas ao presente Diploma, deste sendo parte integrante.

Artigo 2

O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

O Ministro do Interior, José Carlos António Pacheco. O Ministro das Finanças, Manuel Chang.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.